



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 **06ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 04 DE** 2 **ABRIL DE 2024.**

3 Ao quarto (04º) dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro (2024), às oito horas e dez minutos (8h10), iniciou-se a
4 sexta (6ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada presencialmente, na
5 Secretaria de Ação Social – Avenida Champagnat – 1750 – Centro – Franca-SP. A reunião foi coordenada pelo Presidente,
6 Eder Furtado Ribeiro. Estiveram presentes na reunião dezenove (19) conselheiros(as), sendo nove (09) da Sociedade
7 Civil e dez (10) do Poder Público, com os(as) seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro,
8 Márcia Tomie Nakao, Lais Helena Garcia Silva, Aline Tatiane Silva de Assis, Roberta Pucci de Melo, Eder Furtado
9 Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos, Christiane Hakime de Souza, Adriana Aparecida Salviano Martins, Terezinha
10 Vicente Silva Goulart e Leandro Ferreira. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Élcio Bento Teodoro, Daniela
11 Junqueira Palhares e Michelle Cristina da Silva Mariano. **Conselheiros(as) Suplentes:** Ana Paula Moreira Costa
12 Andrade, Rafael Murari Oliveira, Sulia das Neves Nascimento, Simone Martins Ramos e Fernanda Peixoto Cintra
13 Meneghetti. **Pela Secretaria-Executiva do CMAS** estiveram presentes: Maria Amélia Facioli Vergara, Secretária
14 Executiva e a estagiária, Luiza Pasquarelli. Também participaram convidados da rede socioassistencial. A pauta da
15 reunião obteve alteração no item 4.1, que foi reconduzido para a próxima reunião, sendo assim, a numeração dos
16 assuntos foi alterada. Após aprovação, a pauta foi a seguinte: **4 – ASSUNTOS: Apresentação de Plano e Parecer sobre**
17 **Emenda Parlamentar Federal para deliberação do colegiado: APAE (ASSUNTO RECONDUZIDO) 4.1 –**
18 **Apresentação do Programa de Atendimento, Proteção e Defesa às Pessoas em Razão de Violência de Gênero, de**
19 **Orientação Sexual e de Raça – Núcleo Reconhecer (Proreavi) 4.2 – Apresentação de devolutiva de representantes do**
20 **CMAS na Comissão dos trabalhos de Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social 4.3 – Proposta de**
21 **conselheira para articulação com o CMPCD sobre a possibilidade de fornecimento/aquisição do “Cordão/Crachá**
22 **Girassol” de identificação para Pessoa com Deficiência Oculta 4.4 – Proposta de Alteração de data da Reunião**
23 **Ordinária do dia 18 de abril 5.1 – Convites Ações Comunitárias Abril: – Dia 13.03 – Região Leste –**
24 **Dia 19.04 – Região Sul – Dia 27.04 – Região Centro 5.2 – Resoluções importantes publicadas CNAS: –**
25 **RESOLUÇÃO CNAS/MDS No 148, DE 18 DE MARÇO DE 2024 – Estabelece os procedimentos aplicáveis às**
26 **denúncias recebidas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e dá outras providências. 5.3 – Documentos**
27 **de Orientações sobre emendas Parlamentares – Manual de Execução de Emendas – União – Guia de Emendas**
28 **Orçamentárias União PLOA – 2024 – CNAS – Orientações Emendas Parlamentares 5.4 – Convite – 20ª Jornada**
29 **Caminhar 5.5 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os).** O presidente Eder iniciou a reunião
30 cumprimentando os(as) Conselheiros(as) e convidados(as) presentes e solicitou que a verificação do quórum do CMAS e
31 a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de quatorze (14) conselheiros(as)
32 titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as seguintes ausências com justificativa: Luciana Braga da
33 Silva, José dos Reis Marcelino Silva, Udeni Alves de Oliveira, Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira, Marina Borges de
34 Araújo, Aline Lima da Silva, Katiscilene Barsanulfa Tavares de Oliveira, Alba Valéria Oliveira Ruiz, Denize Benez
35 Ornellas Graciano, Sônia Maria de Andrade Souza, Susana Mendes de Carvalho, Vanda Maria Pires Rodrigues e Luís
36 Otávio Montelli. Com o quórum necessário de leitura antecipada da Ata da 5ª Reunião Ordinária (21/03/24), o colegiado
37 deliberou pela aprovação da mesma. Dando sequência passou-se à discussão sobre os assuntos constantes na pauta,

38 iniciando-se pelo item **4.1 – Apresentação do Programa de Atendimento, Proteção e Defesa às Pessoas em Razão de**
39 **Violência de Gênero, de Orientação Sexual e de Raça – Núcleo Reconhecer (Proreavi).** O Presidente Eder introduziu o
40 assunto explicando que o referido programa foi implementado no município para dar apoio ao atendimento nos casos de
41 violência de gênero, orientação sexual e de raça, e apresentou a assistente social do Núcleo Reconhecer, Marina, que foi
42 convidada para falar sobre o assunto. Marina iniciou falando que se trata de um projeto novo, que teve início em 2022,
43 sendo um serviço de média complexidade e que tem como referenciamento o CREAS I, CREAS II e o Centro Pop, mas
44 também tem atendimento por demanda espontânea. É um serviço que na perspectiva da proteção, na garantia de direitos,
45 e no enfrentamento às vulnerabilidades e encaminhamento aos serviços. Pontuou que a maior demanda de trabalho do
46 Programa, neste momento, é a violência doméstica, mas ainda assim, recebem também as demandas de casos de racismo
47 ou violência de identidade de gênero. Na maioria das vezes, os casos chegam através do boletim de ocorrência, cujo
48 fluxo se inicia na Secretaria de Ação Social, depois aos CREAS e assim direcionados ao programa. A conselheira
49 Viviane questionou se era apenas por boletim de ocorrência, e foi respondido que existe a demanda espontânea no
50 Programa e também por meio do GESUAS. Também foi questionado se a área da saúde também realiza
51 encaminhamentos, e Marina explicou que acaba sendo por demanda espontânea, já que quando ocorre alguma denúncia,
52 a vítima é orientada a procurar o Núcleo Reconhecer. Destacou as oficinas para orientações em UBS, escolas, dentre
53 outros. Marina explicou ainda que o Nucleo não apura denúncias, visto que não realiza trabalho investigativo. A
54 convidada apresentou diversos dados sobre violência doméstica recebidos até o momento, destacando que desde agosto
55 de 2022 até fevereiro de 2024 foram encaminhados 870 casos, sendo 43 por demanda espontânea e 827 por boletim de
56 ocorrência. Apesar de nem sempre a vítima mencionar uso de bebidas alcoólicas ou drogas, em 75 desses casos o uso foi
57 mencionado. Em questão de faixa etária, foram recebidos 9 casos de adolescentes entre 16 e 17 anos; 202 casos de
58 mulheres de 18 a 30 anos; 365 casos entre mulheres de 31 a 59 anos; e 32 casos entre mulheres acima de 60 anos. A
59 questão de raça e etnia é mais preocupante, pois das mulheres atendidas pelo Nucleo, 539 mulheres se declaram brancas
60 enquanto 271 mulheres se declaram negras/pardas, e estatisticamente mulheres negras/pardas são as que mais sofrem
61 violência, então, observa-se que essas mulheres não estão denunciando. Também foi realizado um levantamento por
62 região, sendo a região norte contou com 225 casos; região central com 217 casos; região sul com 162 casos; região oeste
63 com 140 casos e leste com 113. Neste período todo, dos 870 casos, 455 mulheres já foram desligadas do projeto, ou seja,
64 não fazem mais o acompanhamento. O dado mais alarmante de todos, é o de casos de feminicídio em Franca, de 2022
65 até 2024 o número aumentou consideravelmente, em 2022 houve 3 casos de feminicídio, em 2023 foram 4 casos e até
66 fevereiro de 2024 foram 2, e até o mês atual 3 tentativas foram registradas. Foi questionado pela conselheira Viviane
67 sobre dados de mulheres com deficiência, sendo respondido que até então não houve nenhum atendimento, apenas
68 mulheres com algum transtorno psicológico. O presidente Eder acrescentou que a maioria dos casos são encaminhados
69 pelo CREAS, a demanda é muito maior em relação a violência de gênero, porém quando envolvem alguma pessoa com
70 deficiência ou até criança, esses casos são mantidos no CREAS por precisar de uma intervenção maior. Marina também
71 explicou que em muitos casos encaminhados, as vítimas não querem denunciar e nem registrar o boletim, muitas vezes
72 por medo, dependência emocional ou financeira, não entendem o que é uma violência, ou até por vergonha. A atuação do
73 Nucleo é na perspectiva de orientação, apresentação de todos os direitos que elas possuem, informação sobre os tipos de
74 violência, dentre outros. Outra questão apresentado por uma conselheira presente, foi relativa ao trabalho realizado com

75 o agressor, então Marina respondeu que tem um grupo de masculinidades, onde o Eder faz parte da organização também,
76 e sempre que são realizadas as oficinas um dos assuntos abordados é a masculinidade, até porque não adianta ajudar as
77 mulheres mas os agressores continuarem do jeito que são e com o mesmo pensamento. Eder explicou que é realizado
78 pelos CRAS e CREAS nos territórios um grupo de trabalho com esses homens. A conselheira Márcia falou sobre uma
79 discussão trazida recentemente sobre vincular, na Lei Maria da Penha, esses grupos de masculinidades. Márcia ressaltou
80 também a importância de que as instituições preparem as equipes, especialmente os homens, para atendimento as
81 mulheres vítimas de agressão. Viviane comentou sobre um Estado onde faz parte da pena, de quem comete violência
82 doméstica, participar de reuniões as quais é conversado com o agressor sobre o crime cometido. A convidada Marina
83 informou que essa é uma proposta do Ministério Público, de que essas reuniões façam parte da pena aqui no município,
84 mas não sabe como está funcionando. Eder explicou que de início quando estavam planejando realizar os grupos de
85 masculinidade, o Ministério Público propôs que esses grupos fossem executados pelo SUAS, e que fosse de forma
86 obrigatória, e então as equipes explicaram que no SUAS seria realizado de forma voluntária e não poderia ter esse
87 caráter punitivo. O conselheiro Rafael, informou que existe um grupo, organizados pelo Ministério Público, que acontece
88 toda quarta-feira, através do Promotor Dr. Cláudio Escavassini, e, segundo o promotor eles recebem entre 10 e 20
89 homens toda semana e é aberto para outros homens, além daqueles que tem determinação judicial. Também trouxe a
90 questão do corte racial, relatando que, pelo menos 70% do grupo, é composto por homens negros. A secretaria, Maria
91 Amélia perguntou para Marina, qual o procedimento realizado pelo Núcleo ao receber denúncias de agressão. Marina
92 respondeu que eles dão orientação para chamar a polícia, ligar para o 190 ou disque 100, oferecem o atendimento, mas
93 que eles não podem intervir e fazer o trabalho investigativo. Destacou-se que muitas mulheres não denunciam por conta
94 do tráfico do bairro, e estarem com pessoas envolvidas nisso. Então Eder complementou falando sobre o fato da
95 organização da rede do crime organizado chama muita atenção e que esse poder paralelo influencia muito nessas
96 denúncias, muitos casos que acontecem nem chegam aos órgãos de atendimento. Marina pontuou que as mulheres
97 atendidas não necessariamente precisam denunciar, mas que eles sempre darão apoio e atendimento para as vítimas. Por
98 fim, Eder falou sobre ter convidado a Marina para trazer essas informações, pois o programa está sendo o braço direito
99 da rede socioassistencial pelo trabalho que estão fazendo. Viviane questionou se os filhos dessas vítimas também
100 recebem acompanhamento, Marina respondeu que o CREAS é acionado nesses casos, e falou sobre as oficinas realizadas
101 como forma preventiva de trazer informação para essas crianças/adolescentes. A conselheira Christiane acrescentou
102 sobre como todos os casos atendidos pelo Núcleo, refletem no país todo, pois os dados são parecidos, mas que no país a
103 mulher que mais sofre violência é a mulher negra e no município é a branca, então deve ser entendido o porque disso, o
104 que está acontecendo que as mulheres negras não estão chegando nesse atendimento. Marina falou sobre as oficinas
105 realizadas, que muitas delas tratam da questão racial, violência contra gênero e sobre orientação sexual. Falou também
106 sobre a importância do atendimento psicoterapêutico, eles encaminham para as UBS, mas que faria total diferença se
107 esse atendimento fosse de fácil acesso. Christiane concluiu falando que diferente dos índices de violência contra mulher,
108 os dados de violência racial, contra gênero e orientação sexual são baixos, pois não são vistos pela sociedade como algo
109 estrutural e sim casos a parte. Concluindo o assunto, Eder pontuou que essas questões de violência não se tratam só da
110 assistência social, que o SUAS é acionado e dão um tempo curto para o acolhimento ser realizado, enquanto o agressor
111 continua solto, as outras políticas precisam trabalhar da mesma forma que o SUAS. Por fim, agradeceu a presença da

assistente social Marina pela apresentação e passou ao proximo assunto. **4.2 – Apresentação de devolutiva de representantes do CMAS na Comissão dos trabalhos de Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.** Eder informou que o Plano Municipal de Assistência Social está sendo elaborado para o periodo de 2023 à 2030, então a palavra foi passada para as representantes do CMAS na comissão, Márcia e Roberta. Márcia explicou que o plano contém informes gerais e dados estatísticos do município e dos serviços, e que a comissão se dividiu em subcomissões para otimizar o trabalho. Disse que estão se reunindo com mais frequência, para que o Plano seja finalizado o mais breve possível. Jandira complementou que o objetivo é lançar dois planos até o meio do ano, sendo eles o PMPI e o PMAS. A representante da comissão, Roberta, explicou ao colegiado que o plano está sendo elaborado a partir do anterior, então os dados serão atualizados, os diagnósticos serão trabalhados, devendo também avaliar as propostas anteriores, para que possam ser feitas outras novas. Desde o ano passado, a comissão foi dividida em duas subcomissões, uma parte para avaliar as propostas trazidas pela conferência e trabalhar no último PMAS, a outra parte para estudar as incursões que foram feitas na rede e nos territórios. O plano está sendo montado com base nos planos anteriores, usando dados e informações, e buscando também sempre os dados atualizados, o objetivo é fazer um plano mais simples, trazendo dados e propostas voltadas para o município de Franca e sua realidade. A secretaria-executiva, Maria Amélia, questionou se o plano será apresentado em partes ou apenas quando finalizado ao CMAS, já que é necessária a aprovação do conselho, então foi respondido que ainda precisa avançar mais para depois ser mostrado. Jandira disse que a comissão pretende fazer um plano decenal, para que apenas seja atualizado conforme os anos, mas que a comissão ainda discutirá essa possibilidade. **4.3 – Proposta de conselheira para articulação com o CMPCD sobre a possibilidade de fornecimento/aquisição do “Cordão/Crachá Girassol” de identificação para Pessoa com Deficiência Oculta.** A conselheira Ana Paula solicitou essa pauta, relatando que estão ocorrendo pedidos desse cordões de girassol no CRAS, e também no serviço de convivência para crianças. Então Maria Amélia explicou que existe uma lei de 2023, que altera o estatuto da pessoa com deficiência para instituir o uso do cartão ou cordão de girassol para identificação de deficiência oculta, e que esse crachá/cordão não dispensa o documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado. Márcia pontuou que, o cordão é apenas uma identificação visual, mas o que identifica de fato é a carteirinha, e é fornecida gratuitamente, diferente do cordão. A carteirinha pode ser emitida pelo site www.gov.br, também tem associações e entidades que auxiliam nesse processo. Ana Paula relatou o caso de uma usuária que sofre de epilepsia, que gostaria do crachá/cordão para o caso de sofrer alguma crise e as pessoas em volta dela saibam o que está acontecendo. Então a conselheira Viviane questionou se epilepsia entrava na categoria de deficiência, foi respondido por Maria Amélia, que pesquisou um pouco sobre o assunto, que pode entrar como deficiência oculta e também questões como bolsa de colostomia, TDAH, alguns tipos de câncer, entre outros problemas. Ana Paula deu continuidade ao caso da usuária que sofre de epilepsia, e falou que ela não tem a mínima condição de comprar o cordão, que é vendido por R\$20,00, pois ela já vive de auxílio e o dinheiro faria grande diferença, então sugeriu que esse cordão fosse cofinanciado pelo CMAS ou SEDAS, para que seja distribuído a população gratuitamente. Maria Amélia informou que essa pauta da gratuidade do cordão precisaria ser debatida com o Conselho da Pessoa com Deficiência, até mesmo para verificar se é uma demanda daquele conselho. Eder sugeriu que ele e as conselheiras Ana Paula e Laís, montassem a comissão para que fosse articulado com o CMPCD. O assunto foi aprovado pelo colegiado. **4.4 – Proposta de Alteração de data da Reunião Ordinária do dia 18 de abril.** Foi proposto pelo presidente, Eder, e a secretaria-executiva, Maria Amélia, que a data da

próxima reunião do dia 18 de abril, fosse alterada para o dia 25 de abril, devido ausência de ambos no dia 18, uma vez que participarão da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS e assim, poderiam já trazer informações desta ao colegiado na reunião do dia 25. O colegiado aprovou a data, ficando assim alterado o Calendário de Reuniões, que será socializado com toda a rede. **5 – INFORMES 5.1 – Convites Ações Comunitárias Abril: – Dia 13.04 – Região Leste – Dia 19.04 – Região Sul – Dia 27.04 – Região Centro.** Os convites das ações comunitárias foram compartilhados com o conselho, informando as datas, horários e locais. A conselheira Lais informou que a ação comunitária da região norte acontecerá em novembro, e assim que o convite for feito com o restante das informações, ela compartilhará com o conselho. **5.2 – Resoluções importantes publicadas CNAS: – RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 148, DE 18 DE MARÇO DE 2024 – Estabelece os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e dá outras providências.** Foi compartilhado com o colegiado a Resolução CNAS/MDS nº148 de 18 de Março de 2024, que se trata do procedimento que deve ser aplicado em caso de encaminhamento de denúncias, para que os conselheiros tenham acesso e usem de base em caso de encaminhamento de denúncia e também para que seja pensado e discutido como modelo para o CMAS. **5.3 – Documentos de Orientações sobre emendas Parlamentares – Manual de Execução de Emendas – União – Guia de Emendas Orçamentarias União PLOA – 2024 – CNAS – Orientações Emendas Parlamentares.** Foi feito um compilado de documentos de orientações sobre emendas parlamentares para ser compartilhado com o colegiado, para que tenham conhecimento para que possam deliberar sobre essa temática. **5.4 – Convite – 20ª Jornada Caminhar.** O convite da 20ª Jornada Caminhar foi feita ao conselho, o evento será realizado na Uni-FACEF, nos dias 8 e 9 de abril, às 19h nos dois dias. A conselheira Daniela informou que no dia 8 será uma palestra sobre a arte relacionada às pessoas com deficiência, além da palestra, também serão realizadas apresentações culturais. No dia 7, uma mesa redonda será feita para abordar as questões emocionais, educacionais e sociais que surgem após o diagnóstico da deficiência. **5.5 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os).** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e dez minutos (10h10), tendo sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Luiza Pasquarelli, estagiária administrativa, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia Facioli Vergara, a qual, uma vez lida e aprovada pelo colegiado, será anexada a lista de presença.